



Comunicação oral: Eixo 9 – Educação Infantil

ELEMENTOS PARA A TRAJETÓRIA HISTÓRICA E FILOSÓFICA DA EDUCAÇÃO INFANTIL NO BRASIL

Pedro Henrique Sobral – Unesp – Marília/SP*
Aline de Novaes Conceição – UFMS-Corumbá/MS **

Resumo: Não se pode deixar a Educação Infantil nas mãos espontâneas da vida, sendo necessário, compreender o que se precisa ensinar, pois, a educação precisa ter sentido e significado. A forma como as instituições escolares, entre elas as instituições de Educação Infantil se organizam para produzirem estes processos é denominada de currículo. Contudo, será que essa ideia sempre perdurou na Educação Infantil? A partir dessa problematização, objetivam-se, apresentar resultados de estudo, buscando compreender elementos históricos e filosóficos da Educação Infantil a partir de pesquisa bibliográfica e documental. Compreenderam-se que historicamente e filosoficamente, as alterações das concepções de crianças, produziram avanços na Educação Infantil. Contudo, ainda é necessário, assumir o ensino sistematizado na primeira etapa da educação básica, como expressão do direito das crianças pequenas ao seu pleno desenvolvimento, afastando-se do assistencialismo e da preparação para o Ensino Fundamental.

Palavras-chave: Educação. História da Educação. Educação Infantil.

Introdução

O docente, inclusive o da Educação Infantil, precisa formar-se continuamente, dentre os conhecimentos necessários, há as particularidades do desenvolvimento. Na perspectiva da teoria Histórico-Cultural, apoiando-se nas contribuições de Vigotski, Leontiev, Luria e Elkonin, é possível compreender o desenvolvimento infantil com enfoque nas questões culturais e históricas, ao contrário da abordagem naturalista, que enfoca o sujeito como biológico e que passa por fases universais e naturais (PASQUALINI, 2009).

Nesse sentido, o desenvolvimento infantil de acordo com a Teoria Histórico-Cultural, é compreendido como aquele que ocorre na interação do sujeito com outras pessoas, a partir de uma cultura e de uma história. Desse modo, sem o outro, o sujeito não irá se desenvolver e por isso, é necessário a presença do parceiro mais experiente.

O papel do docente é o de orientar de maneira intencional o desenvolvimento da criança, ou melhor, o processo de desenvolvimento dela que ocorre pela via revolucionária e não

* Licenciado em filosofia pela Faculdade de Filosofia e Ciências (FFC) (2018), da Universidade Estadual Paulista (Unesp) "Júlio de Mesquita Filho", *Campus* de Marília/SP.

**Docente Adjunta do Curso de Pedagogia na Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS), *Campus* do Pantanal. Doutora e mestra em educação, Especialista em Formação de Professores em Educação Especial e Inclusiva e Pedagoga, pela Universidade Estadual Paulista (Unesp), Faculdade de Filosofia e Ciências (FFC), *Campus* de Marília/SP. Especialista em Gestão Educacional e Psicopedagoga Institucional e Clínica.



evolutiva. Ao se considerar isso, haverá uma educação que será desenvolvimental, ou seja, proporcionará o desenvolvimento a partir da educação organizada corretamente com a utilização da atividade principal para o desenvolvimento humano da etapa trabalhada, considerando que na Educação Infantil, a atividade principal envolve a comunicação emocional direta, a atividade objetual manipulatória e o brincar (DAVIDOV, 1995).

Desse modo, é necessário que o docente tenha um trabalho intencional, sistematizado, articulado e com sentido para a criança. Considerando que o docente é intelectual que deve ter saberes sólidos teóricos e práticos, não bastando gostar de criança.

A partir disso, no livro organizado por Martins e Arce (2010) é defendido que não se pode deixar a Educação Infantil nas mãos espontâneas da vida, sendo necessário, compreender o que se precisa ensinar, pois, a educação precisa ter sentido e significado. A forma como as instituições escolares, entre elas as instituições de Educação Infantil se organizam para produzirem estes processos é denominada de currículo (CRAIDY; KAERCHER, 2001).

Contudo, será que essa ideia sempre perdurou na Educação Infantil? Assim, objetivam, apresentar resultados de estudo, buscando compreender elementos históricos e filosóficos da Educação Infantil a partir de pesquisa bibliográfica e documental.

Compreendendo que é importante conhecer elementos relacionados com o atendimento da infância, como defende Angotti (2006), para elaborar e manter a luta pela Educação Infantil de qualidade.

Resultados

Durante muitos anos a Educação Infantil da criança era responsabilidade da família e do grupo social que ela pertencia, não havia outra instituição para auxiliar o complemento da educação com a família. Na constituição do Brasil de 1988 (BRASIL, 1988) é definida creche e pré-escola como direito social, desde o nascimento. Com isso, no âmbito da legislação, essas instituições são reconhecidas como educativas e como dever do estado.

É importante ressaltar que inicialmente, a atenção institucional para a criança de meses a 6 anos de idade esteve unida a ideários naturalizantes, tendo a ideia de que o melhor ambiente para a criança se desenvolver era o doméstico. Dessa forma, na instituição, caso fosse muito necessário, com a falta da mãe, ter-se-ia a “tia”, não requerendo o profissionalismo, bastando ser mulher para cuidar dos bebês, crianças bem pequenas e crianças pequenas.

Com isso, compreende-se que o surgimento das instituições que atendem a Educação Infantil está relacionado com o trabalho materno e a expansão da indústria. Entretanto, vale ressaltar

que esses locais precisam ser espaços de humanização e desenvolvimento das crianças (MARTINS, ARCE; 2010).

No livro organizado por Craidy e Kaercher (2001), é defendido que no contexto de surgimento das instituições de Educação Infantil conviveram argumentos que davam importância a uma visão mais otimista da infância e de suas possibilidades, com outros argumentos do tipo corretivo, disciplinar, que viam principalmente nas crianças uma ameaça ao progresso e a ordem social, tendo que educá-las para o desenvolvimento do país.

A expansão das instituições de Educação Infantil no século XIX na Europa e no século XX no Brasil, recebeu grande influência das ideias dos médicos higienistas e dos psicólogos que traçavam de forma bastante estrita o que constituía um desenvolvimento denominado de “normal” (CRAIDY; KAERCHER, 2001).

Essas ideias, muitas vezes estavam relacionadas com assistência (saúde, higiene, nutrição, etc.), não tendo relação com o educar, ficando somente a necessidade de guardar as crianças enquanto a mãe trabalhava.

Em 1996, a Educação Infantil, foi anunciada na *Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional* (LDB) (BRASIL, 1996) como primeira etapa da Educação Básica que tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança até os 6 anos de idade, em seu aspecto físico, psicológico, intelectual e social, complementando a família e a comunidade. Nesse sentido, educar as crianças em parceria com as famílias, passa a ser o desafio.

A Educação Infantil então, passa a ser vista como aquela que precisa unir o cuidar e o educar de forma intencional e sistematizada, para ocorrer o desenvolvimento da criança. Não sendo um direito apenas da mãe que trabalhava, mas também um direito da criança a fim de que sobrevivesse, aprendesse e se desenvolvesse.

Cuidar inclui preocupações que vão desde a organização dos horários de funcionamento da instituição, passando pela organização do espaço, pela atenção aos materiais que são oferecidos como brinquedos e pelo respeito às manifestações da criança (CRAIDY; KAERCHER, 2001). Está relacionado como aspectos físicos, psíquicos, afetivos e sociais (ANGOTTI, 2006).

Dessa forma, está além das ações orgânicas como: vestir, trocar, higienizar, alimentar etc., cuidar é auxiliar no desenvolvimento e no crescimento dessa criança. Tais conceitos apontam para atitudes de atenção, interesse, desvelo, preocupação, acolhimento, e superam a ideia tecnicista de cuidado, pois cuidar significa também ensinar (MARTINS; ARCE, 2010).



A fim de operacionalizar questões da LDB de 1996, em 1998 foi elaborado pelo Ministério da Educação (MEC) o *Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil* (RCNEI) (BRASIL, 1998), apesar de muitos pontos críticos, esse documento foi um avanço na Educação Infantil, pois buscou instrumentalizar o trabalho, relacionando o cuidar e o educar. Esse documento é organizado em três volumes, a saber:

- 1.^a introdução ao material: nesse volume, há concepção de criança, de educação e de instituição. Além do perfil profissional do professor de Educação Infantil e os objetivos gerais;
- 2.^a formação pessoal e social: nesse volume, é enfatizada a identidade e autonomia. É relatado sobre o processo de aprendizagem e há os objetivos para a educação de bebês de meses a 6 anos de idade; e
- 3.^o Conhecimento de mundo: nesse volume, há o princípio de desenvolvimento de diferentes linguagens. É mencionado sobre o movimento, sobre artes visuais, linguagem oral e escrita, matemática, natureza e sociedade.

A concepção de criança trazida pelo documento é de um ser historicamente construído, marcada pelo meio social. Assim, sente e pensa o mundo de modo peculiar, capaz de interagir de forma ativa e de ter hipóteses sobre o que quer pesquisar.

O professor no documento é aquele que oferta brinquedos, materiais e tempo. Deve apenas manter a espontaneidade da brincadeira, é mediador entre a criança e o conhecimento, intervindo apenas quando necessário, sendo organizador, observador, registrando e refletindo sobre as ações dos educandos (MARTINS; ARCE, 2010).

No RCNEI, é apresentada a necessidade de a Educação Infantil romper com o assistencialismo e com a preparação para o Ensino Fundamental. Assim, as instituições de Educação Infantil não são vistas como escolas, mas como espaços de convivência infantil. O cuidar assume a busca de atendimento das necessidades biológicas do corpo, como higiene, alimentação e saúde, envolvendo aspectos das relações humanas e afetivas, sendo necessário que o professor incentive a criança a identificar suas necessidades e as atenda de forma apropriada (MARTINS; ARCE, 2010).

Martins e Arce (2010) relatam que no RCNEI não é defendido o ensino no sentido escolarizante. Contudo, é defendido que a educação dos educandos da Educação Infantil ocorra em uma escola, lugar da cultura erudita e não popular, que possibilita a apropriação da cultura que torna os seres em humanos. É afirmado que na Educação Infantil não pode ter medo de ensinar de forma sistematizada e intencional.



Assim, ao tomar-se a escola como lócus privilegiado do saber sistematizado, a mesma é afastada do cotidiano, não significando que este será ignorado, mas destacando que o principal direito da criança possa ser respeitado, que é o direito ao conhecimento que propulsiona o desenvolvimento.

Em 2009, há as *Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil* (DCNs) (BRASIL, 2009) são mandatórias e contém princípios:

- Ético: envolve autonomia, solidariedade e responsabilidade ao bem comum;
- Político: envolve direitos e deveres da cidadania, do exercício e do respeito a ordem e democracia;
- Estético: envolve sensibilidade, criatividade, ludicidade diversidade e manifestações artísticas e culturais.

Nesse documento, a criança é vista como um ser cultural, um sujeito histórico e de direitos que, nas interações, relações e práticas cotidianas que vivencia, constrói sua identidade pessoal e coletiva, brinca, imagina, fantasia, deseja, aprende, observa, experimenta, narra, questiona e constrói sentidos sobre a natureza e a sociedade, produzindo cultura. Nesse documento, é defendido o trabalho com as diversas linguagens (BRASIL, 2009).

É importante destacar que as concepções de crianças ao longo do tempo foram alteradas, pois, cada época tem sua própria maneira de considerar o que é ser criança e de caracterizar as mudanças que ocorrem ao longo da infância. Mudanças que alteram a maneira de pensar das instituições que irão recebê-las (CRAIDY; KAERCHER, 2001).

A criança não é um ser do futuro, não deve ser vista visando somente o adulto que se tornará, mas precisa ser pensada no presente, pois apresenta características próprias, sendo sujeito que vive um momento em que predomina o sonho, a fantasia, a afetividade, a brincadeira e as manifestações de caráter subjetivo. Nesse sentido, a infância passa a ser um momento de passagem (CRAIDY; KAERCHER, 2001).

Como sujeito de direitos, a criança é um ser que precisa desenvolver-se em um ambiente propício, sem a intervenção de nenhum fator que possa bloquear seu desenvolvimento (MARTINS; ARCE, 2010).

Considerações finais

A partir dos objetivos de compreender elementos históricos da Educação Infantil no Brasil, utilizaram-se pesquisa bibliográfica, documental e como apresentado, foi possível identificar que as instituições de Educação Infantil nem sempre existiram.



Como mencionado, o surgimento das instituições que atendem a Educação Infantil, está relacionado com o trabalho materno e a expansão da indústria.

É importante ressaltar que com o surgimento das denominadas creches e pré-escolas, era defendido que os bebês, crianças bem pequenas e crianças pequenas ficassem em suas residências, sendo educadas pela família e somente fossem para as instituições de Educação Infantil, quando não houvesse possibilidade de permanecerem nos ambientes domésticos.

Assim, nessas instituições, não havia um caráter educativo, somente bastando “guardar” a criança, sendo a responsável por isso denominada de tia.

Em 1996, com a LDB, há o reconhecimento da Educação Infantil como primeira etapa da Educação Básica que deve ser desenvolvida de forma integral, devendo unir o cuidar e o educar. Posteriormente, em 1998, tem-se o RCNEI que apresentou um avanço para a Educação Infantil, compreendendo a criança como ser histórico e social que pensa, reflete e age. Nesse documento, há uma defesa do rompimento da Educação Infantil com o assistencialismo e com a preparação para o Ensino Fundamental. Posteriormente, em 2009, com as DCNs, a criança é vista como sujeito histórico e de direitos, sendo necessário para o seu desenvolvimento, o trabalho com diversas linguagens.

Por fim, vale destacar que historicamente e filosoficamente, as alterações das concepções de crianças, produziram avanços na Educação Infantil, contudo esses avanços, não pode paralisar essa etapa educacional, tampouco as muitas necessidades e deficiências materiais devem levar a um estado desprovido de estímulo, como se qualquer iniciativa de aperfeiçoamento fosse um desejo impossível ou mera utopia. Considerando que há muito ainda para melhorar na Educação Infantil. Portanto, é necessário, sem medo, assumir o ensino sistematizado na Educação Infantil, como expressão do direito das crianças pequenas ao seu pleno desenvolvimento, afastando-se do assistencialismo e da preparação para o Ensino Fundamental.

Referências

ANGOTTI, M. (org.). *Educação infantil: para quê, para quem e por quê?* Campinas: editora Alínea, 2006



ARCE, A; MARTINS, L. M. (orgs.). *Quem tem medo de ensinar na educação infantil?* Em defesa do ato de ensinar. Campinas: Alínea, 2010.

BRASIL. *Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil (RCNEI)*. Brasília: MEC, 1998.3v.

BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil*, 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil>. Acesso em: 21 jan. 2022.

BRASIL. Ministério da Educação. *Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional*. Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm . Acesso em: 21 jan. 2022.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação (CNE). Câmara de Educação Básica (CEB). *Resolução CNE/CEB nº 5 de 17 de dezembro de 2009*. Define Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação Infantil. 2009. Disponível em: http://www.seduc.ro.gov.br/portal/legislacao/RESCNE005_2009.pdf . Acesso em: 21 jan. 2022.

CRAIDY, C. M; KAERCHER, G. E. da S. *Educação Infantil: pra que te quero?* Porto Alegre: Artmed, 2001.

DAVIDOV, V. V. Sobre o conceito do ensino desenvolvimental. *Sat. artigos. Sib. Instituto de Ensino Desenvolvimental*, 1995. Disponível em: http://www.experiment.lv/rus/biblio/vestnik_4/v4_nl_repkina.htm . Acesso em: 17 jan. 2022.

PASQUALINI, J. C. A perspectiva histórico-dialética da periodização do desenvolvimento infantil. *Psicologia em Estudo*, Maringá, v. 14, n. 1, p. 31-40, jan./mar. 2009.

